



Caderno de Provas

CPCP – 28 / 70

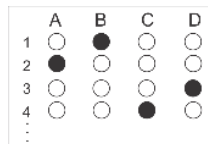
**PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO / PROFESSOR
MAGISTÉRIO (MAG) CLASSE B – ENSINO RELIGIOSO**

Edital Nº. 001/2022 – Bom Jesus/RN e São Tomé/RN

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após decorridas 03h do início da prova.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Didática e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Didática	05 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

Fome não é problema populacional, mas de desigualdade social.

Clara Balbi

Três séculos atrás, o economista inglês Thomas Malthus vaticinava que, sem controle de natalidade, o mundo estaria destinado à fome. "A população, quando não contida, cresce em progressão geométrica. A subsistência cresce apenas em progressão aritmética. Um pouco de conhecimento em matemática mostrará a imensidão da primeira potência em comparação com a segunda", escreve ele em seu célebre "Ensaio sobre o Princípio da População", de 1798.

A tese ecoa ainda hoje — quando a população mundial atinge a marca dos 8 bilhões, dez vezes a da época do pai da demografia — e influenciou do movimento ambientalista a setores conservadores, que se apropriaram do argumento para defender agendas anti-imigração, por exemplo.

A previsão de Malthus estava errada — ao menos desde a década de 1960, a produção de alimentos, auxiliada pelas inovações tecnológicas, supera o crescimento da população global ano após ano.

Mesmo assim, a fome não abandonou a humanidade. Relatório mais recente da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) indica que o percentual de pessoas que sofrem de subalimentação no mundo só cresceu nos últimos anos, indo de 8% em 2019 para 9,3% em 2020 e 9,8% em 2021. Isso significa que entre 702 milhões e 828 milhões de indivíduos não têm acesso às calorias mínimas necessárias para uma vida ativa e saudável.

Carlo Cafiero, economista e estatístico da FAO, afirma que o problema está na desigualdade econômica, já que é o dinheiro que condiciona a obtenção de comida. "A princípio, é possível ter hoje um mundo livre da fome, porque há alimentos suficientes. A questão é a vontade política de dar ao tema a relevância que ele tem. Os governos precisam trocar suas palavras por ações efetivas", diz.

O pesquisador acrescenta que mesmo os impactos de eventos extremos sobre índices como os de subalimentação e de insegurança alimentar têm mais a ver com as suas consequências para o bolso da população e menos com possíveis obstáculos no plantio ou na distribuição de comida.

É o caso da pandemia de Covid-19, que, segundo a FAO, fez com que 150 milhões de pessoas a mais do que o esperado sofressem de subalimentação. Mesmo a Guerra da Ucrânia, que assombra lideranças mundiais há oito meses, tem impacto relativo sobre a produção de alimentos deste ano, já que boa parte da colheita do trigo na região foi realizada antes do início do conflito. Cafiero sugere que o encarecimento das contas de luz na Europa, motivado pela suspensão do fornecimento do gás natural russo, afeta muito mais a população do continente do que o conflito em si.

Professora de sociologia da Universidade de Heidelberg, na Alemanha, e líder do grupo de pesquisa Alimento pela Justiça, a pesquisadora Renata Motta afirma que as duas crises ainda expuseram a vulnerabilidade do sistema de alimentação global, cuja ênfase no livre comércio e nas vantagens comparativas de cada região fez com que as dietas locais fossem se empobrecendo e se baseassem em poucas *commodities*, como trigo, milho e soja. Assim, quando um evento extremo afeta a produção ou a distribuição de um desses produtos, o sistema inteiro desmorona.

Motta cita o exemplo do trigo. A produção do cereal era subsidiada pelos Estados Unidos, que começaram a escoar o excedente a países em desenvolvimento a título de ajuda internacional. Estes, por sua vez, extinguíram seus sistemas locais de alimentação ao incorporarem o produto — convertendo-se em mercados dependentes dele. "Hoje vemos vários países da África dependendo da importação de trigo da Ucrânia, sendo que isso nem fazia parte da cultura alimentar deles", diz a pesquisadora.

Ainda segundo ela, essa dependência ajuda a perpetuar uma "desigualdade de responsabilidades" entre os que mais contribuem para os problemas globais e os que mais são atingidos por eles. A África, que, de acordo com as projeções da FAO, deve abrigar a maior quantidade de pessoas subalimentadas até 2030, substituindo a Ásia, não tem nenhum país entre os dez maiores emissores de carbono do mundo, mas é muito mais vulnerável a perdas de colheitas devido a mudanças climáticas, por exemplo.

Não que os países ricos estejam a salvo da fome. Motta observa que, desde a adoção das políticas neoliberais dos anos 1980 e, mais fortemente, desde a crise financeira de 2008, houve um grande retrocesso no processo de inclusão social e diminuição da pobreza que vinha ocorrendo no Norte global a partir do fim da Segunda Guerra Mundial.

CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI
EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN

Seja como for, é na retomada de uma produção local — em que o plantio de alimentos ou a criação de animais está próxima de seu consumo, e as relações de trabalho são mais justas —, que a pesquisadora enxerga uma solução para a fome. Segundo ela, os dados apontam que a maioria da população na verdade é alimentada por produtores familiares pequenos e médios, e não pelos imensos campos de monoculturas que, além de tudo, têm grande impacto ambiental e social.

Motta argumenta ainda que soluções que visam o consumidor individual, como a recomendação da FAO de reduzir impostos sobre o preço final de alimentos ou as tendências de consumo consciente, não são suficientes para resolver os gargalos do sistema produtivo. O mesmo vale para as "carnes vegetais", desenvolvidas a partir de plantas. "Não é uma tecnologia que vai nos salvar se não mudarmos profundamente as formas de produção e de consumo que levaram à situação atual", diz.

Cafiero, da FAO, afirma que, nesse sentido, ao menos uma parte da teoria malthusiana segue valendo. É necessário preservar os recursos naturais, porque eles nem sempre são renováveis. "Se continuarmos promovendo o crescimento a todo custo, aumentando o tamanho de uma torta a que poucas pessoas têm acesso, não alcançaremos nenhuma segurança. E, em alguns casos, é possível que a fome renasça onde não esperávamos."

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/>>. Acesso em 30 nov. 2022.

01. O texto objetiva, principalmente,

- A) apresentar embasamento científico para invalidar totalmente a teoria do economista Thomas Malthus.
- B) apresentar embasamento científico para justificar a relação entre a fome e a desigualdade social.
- C) explicar por que eventos como a pandemia de Covid-19 contribuem para o agravamento da fome.
- D) explicar a importância da agricultura de perfil familiar na construção de políticas de combate à fome.

02. De acordo com as informações do texto,

- A) as inovações tecnológicas contribuíram para negar a relação direta entre o problema da fome e o crescimento populacional.
- B) o pensamento de Thomas Malthus ainda influencia o mundo atual e serve como argumento para que ambientalistas defendam agendas anti-imigração.
- C) os Estados Unidos, ao incorporarem os excedentes de produção alimentar de outros países, cessaram a produção local de alimentos.
- D) as soluções que procuram atingir o consumidor individual apresentam contribuição nula na resolução dos entraves à produção de alimentos.

03. Sobre a organização do quarto parágrafo, é correto afirmar:

- A) a ideia central está explícita no segundo período e é desenvolvida pelas informações apresentadas no primeiro e terceiro períodos.
- B) a ideia central está implícita, mas é depreendida dos dados apresentados no segundo e terceiro períodos.
- C) a ideia central está diluída e pode ser reconstituída a partir de informações contidas no segundo e terceiro períodos.
- D) a ideia central está explícita no primeiro período e é desenvolvida pelas informações apresentadas no segundo e terceiro períodos.

CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI
EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN

04. Em relação às citações do discurso alheio presentes no texto, analise as afirmativas abaixo.

- I. No parágrafo 8, há citação indireta em que o autor do texto transcreve as palavras do autor citado.
- II. Nos parágrafos 8, 9, 10 e 11, o autor do texto recorre à citação de discursos de um mesmo autor.
- III. No primeiro parágrafo, o autor do texto recorre, primeiramente, a uma citação indireta e, em seguida, a uma citação direta.
- IV. No parágrafo cinco, há citação direta por meio da paráfrase do discurso do autor citado.

Entre as afirmativas, estão corretas

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) II e III.
- D) I e IV.

05. A palavra **que** foi empregada para retomar um substantivo em:

- A) Três séculos atrás, o economista inglês Thomas Malthus vaticinava que, sem controle de natalidade, o mundo estaria destinado à fome.
- B) Cafiero sugere que o encarecimento das contas de luz na Europa, motivado pela suspensão do fornecimento do gás natural russo, afeta muito mais a população do continente do que o conflito em si.
- C) A produção do cereal era subsidiada pelos Estados Unidos, que começaram a escoar o excedente a países em desenvolvimento a título de ajuda internacional.
- D) Hoje vemos vários países da África dependendo da importação de trigo da Ucrânia, sendo que isso nem fazia parte da cultura alimentar deles.

A questões 6 refere-se ao trecho reproduzido a seguir.

[...] a pesquisadora Renata Motta afirma que as duas crises ainda expuseram a vulnerabilidade do sistema de alimentação global, **cuj**a ênfase no livre comércio e nas vantagens comparativas de cada região fez com que as dietas locais fossem se empobrecendo e se baseassem em poucas commodities, como trigo, milho e soja.

06. A palavra em destaque é

- A) um pronome, retoma uma expressão de valor nominal e estabelece uma relação de posse.
- B) um pronome, retoma uma expressão de valor adverbial e estabelece uma relação de posse.
- C) uma conjunção, retoma uma expressão de valor nominal e estabelece uma relação condição.
- D) uma conjunção, retoma uma expressão de valor adverbial e estabelece uma relação de condição.

A questão 7 refere-se ao período reproduzido a seguir.

É necessário preservar os recursos naturais, porque eles nem sempre são renováveis.

07. O conector que introduz a terceira oração poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por

- A) desde que.
- B) contanto que.
- C) apesar de que.
- D) uma vez que.

A questão 8 refere-se ao período reproduzido a seguir.

Três séculos atrás, o economista inglês Thomas Malthus **vaticinava** que, sem controle de natalidade, o mundo estaria destinado à fome.

08. Nesse contexto linguístico, o verbo em destaque atribui ao sujeito a ação de

- A) explicar.
- B) confirmar.
- C) identificar.
- D) prognosticar.

A questão 9 refere-se ao período reproduzido a seguir.

Se continuarmos promovendo o crescimento a todo custo, aumentando o tamanho de uma torta **a** que poucas pessoas têm acesso, não alcançaremos nenhuma segurança. E, em alguns casos, é possível que a fome renasça onde não esperávamos.

09. Sobre a palavra em destaque, é correto afirmar:

- A) é uma preposição e sua presença na estrutura da frase é justificada pela regência do nome **acesso**.
- B) é uma preposição e sua presença na estrutura da frase é justificada pela regência do verbo **acessar**.
- C) é um artigo e sua presença na estrutura da frase é justificada pela regência do nome **acesso**.
- D) é um artigo e sua presença na estrutura da frase é justificada pela regência do verbo **acessar**.

A questão 10 refere-se ao trecho reproduzido a seguir.

Motta cita o exemplo do trigo. A produção do cereal era subsidiada pelos Estados Unidos, que começaram a escoar o excedente a países em desenvolvimento a título de ajuda internacional. Estes, por sua vez, extinguiram seus sistemas locais de alimentação ao incorporarem o produto, — convertendo-se em mercados dependentes dele.

- 10.** Sobre as possibilidades de pontuação do trecho, considerando-se as relações sintático-semânticas da língua portuguesa, é correto afirmar:
- A) a retirada da primeira vírgula mantém o sentido de explicação.
 - B) a retirada da segunda vírgula é sintaticamente adequada.
 - C) o travessão poderia ser substituído por uma vírgula.
 - D) o travessão poderia ser substituído por um ponto.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – DIDÁTICA

11. A avaliação da aprendizagem escolar ampara o educador e o educando na construção do conhecimento e a escola em seu papel social. De tal modo, educador e educando constroem a aprendizagem em parceria, testemunhando-a à escola, e esta, à sociedade. Nesse contexto, a avaliação da aprendizagem é um ato amoroso, na medida em que
- A) o professor determina aquilo que o educando deve aprender no seu curso de aprendizagem, cada vez com qualidade mais satisfatória e evolutiva, construída ao longo do processo de ensino-aprendizagem, mas cabe ao educando, ao se autoavaliar, ajuizar a sua qualidade.
 - B) o professor inclui o educando no seu curso de aprendizagem, cada vez com qualidade mais satisfatória e evolutiva, construída ao longo do processo de ensino-aprendizagem, mas cabe ao docente, no ato de avaliar, acolher uma situação para, então, ajuizar a sua qualidade.
 - C) o professor examina o que o educando aprendeu no seu curso de aprendizagem, determinando a progressão do educando à proporção que atinge satisfatoriamente os objetivos do educador ao longo do processo de ensino-aprendizagem, no qual o educador classifica os educandos bem-sucedidos.
 - D) o educando classifica a sua progressão no curso de aprendizagem, cada vez com qualidade mais satisfatória e evolutiva, construída ao longo do processo de ensino-aprendizagem, mas cabe ao professor destacar a qualidade e o sucesso dos educandos bem-sucedidos.
12. As teorias da aprendizagem referem-se ao processo de desenvolvimento cognitivo que ocorre ao longo do desenvolvimento da formação humana, nos quais se incluem as aprendizagens construídas em sala de aula, na ambiência escolar ou fora dela. De acordo com essas teorias, aprendizagem é
- A) um processo de conhecimento e compreensão de inter-relações, no qual condições externas atuam mediadas pelas condições internas de aprendizagem do sujeito. Essas condições transformam-se num instrumento avaliativo e determinante para a sobrevivência no mundo do trabalho, que permite a expansão social e individualizada.
 - B) um processo de conhecimento que seleciona o que se deve aprender, de acordo com os interesses das inter-relações, no qual condições externas atuam mediadas pelas condições internas de aprendizagem do sujeito. Essas condições transformam-se num instrumento decisivo de desenvolvimento docente, no aperfeiçoamento das capacidades emocionais e de sobrevivência que permitem a expansão criadora da vida intelectual e coletiva.
 - C) um processo de conhecimento, de compreensão de inter-relações, em que condições de saúde determinam as condições internas de aprendizagem do sujeito. Essas condições transformam-se num instrumento de seleção das capacidades intelectuais e de sobrevivência que permitem a expansão da comunidade escolar.
 - D) um processo de conhecimento e compreensão de inter-relações, em que condições externas atuam mediadas pelas condições internas de aprendizagem do sujeito. Essas condições transformam-se num instrumento de desenvolvimento do aperfeiçoamento das capacidades intelectuais e de sobrevivência que permitem a expansão criadora da vida intelectual e coletiva.

CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI
EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN

13. Os procedimentos metodológicos desenvolvidos pelos docentes partem de uma iniciativa pensada em propiciar a aprendizagem, com relevância para o desenvolvimento do discente, a construção do conhecimento e os saberes significativos da aprendizagem. A partir desse entendimento, a metodologia de ensino e aprendizagem
- A) é uma ação desenvolvida pelo docente, desde a concepção e o planejamento até o desenvolvimento didático bem como a regulação e a avaliação da aprendizagem, vinculada ao processo de desenvolvimento do discente. Além disso, é um elemento definidor das estratégias de ensino, numa concepção intencional e orientadora de um conjunto organizado de ações para melhor consecução da aprendizagem.
 - B) é uma ação desenvolvida pelo discente desde a concepção e o planejamento até o desenvolvimento didático bem como a regulação e a avaliação da aprendizagem, vinculada ao processo de desenvolvimento do docente. Além disso, é um elemento definidor das estratégias de ensino, numa concepção espontânea e orientadora de um conjunto organizado de ações para melhor definir a aprendizagem.
 - C) é uma ação desenvolvida pelo docente desde a concepção e planejamento até o desenvolvimento didático bem como a regulação e a avaliação da aprendizagem, sugerida pela família e pela comunidade, no processo de desenvolvimento do discente. Além disso, é um elemento definidor das estratégias de ensino, numa concepção direcional de um conjunto organizado de ações para melhor selecionar a aprendizagem.
 - D) é uma ação desenvolvida pelo discente desde a concepção e o planejamento até o desenvolvimento didático bem como a regulação e a avaliação metodológica, vinculada ao processo de desenvolvimento do discente. Além disso, é um elemento definidor das estratégias de ensino, numa concepção espontânea e orientadora de um conjunto organizado de ações para melhor estabelecer os critérios de aprendizagens.
14. O planejamento educacional e de ensino, fundamentalmente, deve estar alicerçado pelo Projeto Político Pedagógico da Escola-PPP, partindo de sua estrutura e das propostas didático-pedagógicas para a atuação profissional dos educadores. Considerando-se a importância do planejamento educacional e de ensino, compreende-se que a ação de planejar é uma
- A) atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções comunitárias, familiares e religiosas. Essa ação tem como referência permanente as situações cotidianas concretas, tais como a problemática social, econômica, política e cultural que envolve escola, professores, alunos, pais, comunidade, os quais interagem no processo de avaliação.
 - B) atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógicas. Essa ação tem como referência permanente as situações didáticas concretas, tais como a problemática social, econômica, política e cultural que envolve escola, professores, alunos, pais, comunidade, que interagem no processo de ensino.
 - C) atividade individualizada, com previsão das ações discentes, fundamentadas em opções político-pedagógicas. Essa ação tem como referência permanente as situações selecionadas pelo grupo familiar, tais como a problemática social, econômica, política e cultural que envolve escola, professores, alunos, pais, comunidade, que interagem no processo de ensino.
 - D) atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógicas. Essa ação tem como referência permanente as situações estabelecidas pelos gestores escolares, pela política local e cultural que envolve escola, professores, alunos, pais, comunidade, que interagem no processo de ensino.

CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI
EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN

15. As diretrizes para a educação básica no Brasil têm passado por constantes mudanças cujo objetivo é à reelaborar as propostas que orientem as ações pedagógicas das instituições de ensino, destacando a necessidade de aperfeiçoamentos e retomadas de decisões para melhor prover o ensino brasileiro. Considerando esse pensamento, a Meta 2 do Plano Nacional de Educação, de duração decenal, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, tanto define a obrigatoriedade de
- A) “universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 7 (sete) a 16 (dezesesseis) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE” (1924), quanto define como estratégia 2.1 que “o Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverá, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública regional, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do ensino fundamental”.
 - B) “universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 12 (doze) anos e garantir que pelo menos 85% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE” (1924), quanto define como estratégia 2.1 que “o Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverá, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública estadual, proposta de direitos e objetivos de avaliação e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do ensino fundamental e médio”.
 - C) “universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 7 (sete) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE” (1924), quanto define como estratégia 2.1 que “o Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverá, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública municipal, proposta de direitos e objetivos de avaliação da gestão escolar para os (as) alunos (as) do ensino fundamental”.
 - D) “universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE” (1924), quanto define como estratégia 2.1 que “o Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverá, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública nacional, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do ensino fundamental”.

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO /
PROFESSOR MAGISTÉRIO (MAG) CLASSE B – ENSINO RELIGIOSO**

16. Considere o trecho da decisão do Supremo Tribunal Federal – STF a seguir.

16/05/2018 PLENÁRIO
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.566 DISTRITO FEDERAL

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL. LEI N. 9.612/98. RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA. PROIBIÇÃO DO PROSELITISMO. INCONSTITUCIONALIDADE. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO DIRETA.

1. A liberdade de expressão representa tanto o direito de não ser arbitrariamente privado ou impedido de manifestar seu próprio pensamento quanto o direito coletivo de receber informações e de conhecer a expressão do pensamento alheio.
 2. Por ser um instrumento para a garantia de outros direitos, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal reconhece a primazia da liberdade de expressão.
 3. A liberdade religiosa não é exercível apenas em privado, mas também no espaço público, e inclui o direito de tentar convencer os outros, por meio do ensinamento, a mudar de religião. O discurso proselitista é, pois, inerente à liberdade de expressão religiosa. Precedentes.
 4. A liberdade política pressupõe a livre manifestação do pensamento e a formulação de discurso persuasivo e o uso de argumentos críticos. Consenso e debate público informado pressupõem a livre troca de ideias e não apenas a divulgação de informações.
 5. O artigo 220 da Constituição Federal expressamente consagra a liberdade de expressão sob qualquer forma, processo ou veículo, hipótese que inclui o serviço de radiodifusão comunitária.
 6. Viola a Constituição Federal a proibição de veiculação de discurso.
- Supremo Tribunal Federal

Adaptado de: <<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf/768158103/inteiro-teor-768158113>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

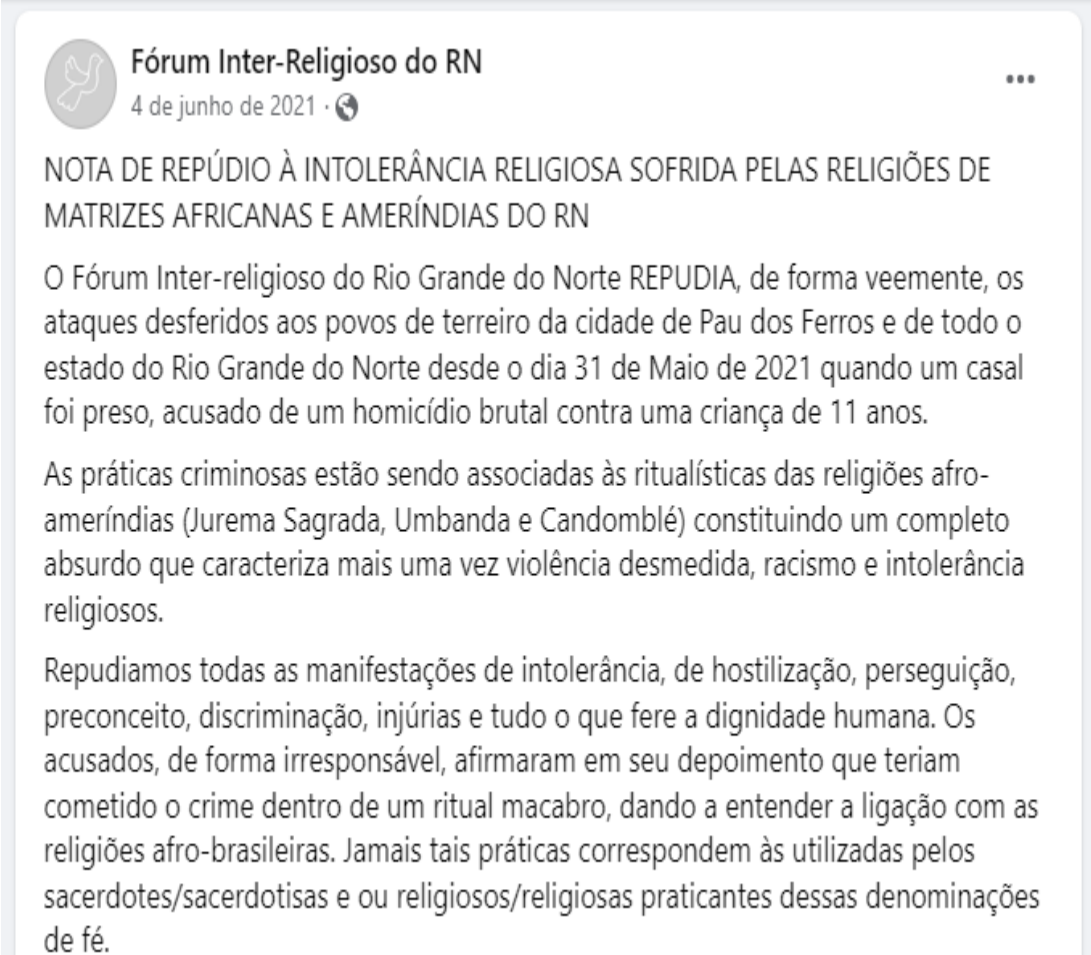
No trecho é possível verificar que as rádios comunitárias têm liberdade para prática do chamado proselitismo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n. 9394/96 e suas modificações posteriores) assegura, quanto ao ensino religioso, o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil e estabelece que

- A) é vedada qualquer forma de proselitismo.
- B) o proselitismo é inerente à liberdade religiosa.
- C) a liberdade de expressão tem primazia sobre a liberdade religiosa.
- D) é obrigatório a publicidade da expressão religiosa dominante na oferta educacional.

17. A LDB vigente (Lei n. 9394/96 e suas modificações posteriores) apresenta o ensino religioso como parte integrante da formação básica do cidadão. Dessa forma, a lei indica que o ensino religioso constitui disciplina das escolas públicas de

- A) educação infantil.
- B) ensino fundamental.
- C) educação básica.
- D) ensino médio.

18. Os estudos da teologia, contêm, via de regra, um viés confessional. Apesar disso, a habilitação para atuar como professor de ensino religioso é, frequentemente, reivindicada por graduados em Teologia. Quanto a essa habilitação, segundo a LDB (Lei n. 9394/96),
- A) os sistemas de ensino estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.
 - B) o ministério da educação determinará as possíveis graduações que formam essa habilitação.
 - C) o Conselho Nacional de Educação emitirá resolução indicativa dos procedimentos para admissão dos professores.
 - D) o Governo Federal deve regulamentar o artigo dessa lei que trata da habilitação e admissão dos professores.
19. Observe a postagem a seguir, retirada de uma rede social.



Fórum Inter-Religioso do RN
4 de junho de 2021 · 🌐

NOTA DE REPÚDIO À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA SOFRIDA PELAS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS E AMERÍNDIAS DO RN

O Fórum Inter-religioso do Rio Grande do Norte REPUDIA, de forma veemente, os ataques desferidos aos povos de terreiro da cidade de Pau dos Ferros e de todo o estado do Rio Grande do Norte desde o dia 31 de Maio de 2021 quando um casal foi preso, acusado de um homicídio brutal contra uma criança de 11 anos.

As práticas criminosas estão sendo associadas às ritualísticas das religiões afro-ameríndias (Jurema Sagrada, Umbanda e Candomblé) constituindo um completo absurdo que caracteriza mais uma vez violência desmedida, racismo e intolerância religiosos.

Repudiamos todas as manifestações de intolerância, de hostilização, perseguição, preconceito, discriminação, injúrias e tudo o que fere a dignidade humana. Os acusados, de forma irresponsável, afirmaram em seu depoimento que teriam cometido o crime dentro de um ritual macabro, dando a entender a ligação com as religiões afro-brasileiras. Jamais tais práticas correspondem às utilizadas pelos sacerdotes/sacerdotisas e ou religiosos/religiosas praticantes dessas denominações de fé.

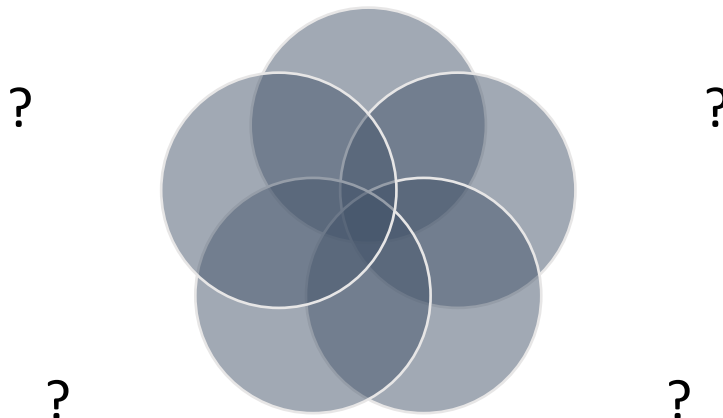
Fonte: Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/foruminterreligiosorn/>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

O fórum Inter-religioso do Rio Grande do Norte reúne representantes de várias expressões religiosas. Para uma correta aplicação da LDB sobre as escolhas dos conteúdos a serem ministrados no ensino religioso,

- A) os governos municipais ouvirão os fóruns inter-religiosos constituídos com pluralismo religioso.
- B) os conselhos estaduais de educação ouvirão peritos em religiões, inclusive de matrizes africanas.
- C) os governos estaduais e municipais promoverão consulta escolar para escolha em cada unidade.
- D) os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas.

20. O governo do estado da Paraíba, por meio da Resolução nº 147/2008, estatui que a carga horária atribuída ao ensino religioso deve ser acrescida às 800 horas mínimas previstas em lei, para oferta anual. Essa regulamentação vem consolidar a forma de contagem da carga-horária do ensino religioso no âmbito daquele estado. Tal necessidade advém, para não restar interpretação dúbia da LDB (Lei n. 9394/96), do fato de o ensino religioso
- A) não apresentar uma carga-horária mínima para sua oferta.
 - B) não contar como carga-horária para as escolas que optem a ofertá-lo.
 - C) ser de oferta opcional pela escola e ser ministrado em horários alternativos.
 - D) ser de matrícula facultativa e constituir disciplina dos horários normais das escolas públicas.
21. Na BNCC, o Ensino Fundamental está organizado em cinco áreas do conhecimento. Essas áreas favorecem a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares. Elas se intersectam na formação dos alunos, embora se preservem as especificidades e os saberes próprios construídos e sistematizados nos diversos componentes. A figura a seguir mostra uma rosácea com as áreas de conhecimento apresentadas na BNCC.

Linguagens



As quatro interrogações na figura se referem às áreas:

- A) Ciências Sociais, Ciências da Saúde, Biologia e Física.
 - B) Biologia, Ensino Religioso, Matemática e Ciências Sociais.
 - C) Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso.
 - D) Ciências Humanas, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências da Saúde.
22. Os princípios mediadores e articuladores dos processos de observação, identificação, análise, apropriação e ressignificação de saberes, visando o desenvolvimento de competências específicas no ensino religioso, são
- A) a pesquisa e o diálogo.
 - B) a interculturalidade e a ética do egocentrismo.
 - C) o estudo dos conhecimentos religiosos e das filosofias da ciência.
 - D) a interdisciplinaridade e a prodigalidade.

- 23.** Considerando os marcos normativos e, em conformidade com as competências gerais estabelecidas no âmbito da BNCC, são objetivos da oferta do Ensino Religioso:
- A) Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal; e estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas.
 - B) Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos; e propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos.
 - C) Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania; e garantir o protagonismo dos estudantes em sua aprendizagem e o desenvolvimento de suas capacidades de abstração, reflexão, interpretação, proposição e ação, essenciais à sua autonomia pessoal, profissional, intelectual e política.
 - D) Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos; e garantir o protagonismo dos estudantes em sua aprendizagem e o desenvolvimento de suas capacidades de abstração, reflexão, interpretação, proposição e ação, essenciais à sua autonomia pessoal, profissional, intelectual e política.
- 24.** Para Platão, existem o mundo sensível e o das ideias e das formas. Esse pensamento filosófico toma forma na BNCC quando afirma que “[...] o ser humano se constrói a partir de um conjunto de relações tecidas em determinado contexto histórico-social, em um movimento ininterrupto de apropriação e produção”. Nesse processo, o sujeito constitui-se como ser de
- A) imanência (dimensão concreta, biológica) e de alteridade (dimensão relacional).
 - B) transcendência (dimensão subjetiva, simbólica) e de identidade (dimensão social).
 - C) imanência (dimensão concreta, biológica) e de transcendência (dimensão subjetiva, simbólica).
 - D) alteridade (dimensão relacional) e de identidade (dimensão social).
- 25.** Na BNCC, as experiências religiosas fazem uso de linguagens específicas, tais como o símbolo, o mito e o rito. O símbolo é
- A) um elemento cotidiano ressignificado para representar algo além de seu sentido primeiro.
 - B) um gesto que narra, encena, repete e representa histórias e acontecimentos religiosos.
 - C) uma narrativa tradicional cujo objetivo é explicar a origem e existência das coisas.
 - D) uma apropriação dos significados sobrenaturais de objetos complementares.
- 26.** No artigo “A Busca por um Lugar do Ensino Religioso na Escola Pública Através da Interdisciplinaridade”, Mateus Oliva advoga que a “[...] ausência de diretrizes e descaso pode alavancar muitos problemas.” Essa insegurança geraria, segundo o autor, inclusive,
- A) diferenças de remuneração para os professores que atuam diretamente no Ensino Religioso.
 - B) disputas por carga-horária docente, uma vez que a oferta é sempre em horários alternativos.
 - C) confessionalismos religiosos, ou seja, catequeses dentro da escola laica, tanto pelos professores como pelas pedagogas.
 - D) compreensão dúbia sobre a natureza do Ensino Religioso, polarizando, inclusive, segmentos sociais e político-partidários.

CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI
EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN

27. No artigo “A Busca por um Lugar do Ensino Religioso na Escola Pública Através da Interdisciplinaridade”, Mateus Oliva apresenta duas técnicas usadas para promover a abordagem interdisciplinar no Ensino Religioso. Seu relato mostra as duas técnicas intituladas
- A) Avaliação interdisciplinar por apropriação simbólica de outros conteúdos; e Avaliação interdisciplinar através de um trabalho disjunto dos professores.
 - B) Avaliação interdisciplinar por apropriação simbólica de conteúdos idênticos; e Avaliação interdisciplinar através de uma atitude multidisciplinar.
 - C) Avaliação interdisciplinar por comparação sistemática de conteúdos; e Avaliação interdisciplinar através de um trabalho disjunto dos professores.
 - D) Avaliação interdisciplinar por comparação sistemática de conteúdos; e Avaliação interdisciplinar através de uma atitude interdisciplinar.
28. No artigo “Ensino Religioso Plural na Educação Básica: uma área do conhecimento humano em consolidação”, os autores mostram, mesmo que de forma singela, o desenvolvimento histórico do ensino religioso. A separação Estado-Igreja é mostrada de um ponto de vista latino em contraposição com o ponto de vista anglo-saxão. Esses conceitos usados são, respectivamente,
- A) laicismo e mundanismo.
 - B) laicismo e secularização.
 - C) secularização e ateísmo.
 - D) mundanismo e ateísmo.
29. No artigo “Ensino Religioso Plural na Educação Básica: uma área do conhecimento humano em consolidação”, os autores concluem, quanto à necessidade de habilitação para professores de Ensino religioso, que estes devem ser
- A) graduados em teologia.
 - B) mestres em teologia.
 - C) licenciados em ciências sociais.
 - D) licenciados em ciências das religiões.
30. No artigo “Ensino Religioso Plural na Educação Básica: uma área do conhecimento humano em consolidação”, é advogada a “metodologia” destaque, ou prioritária, para abordagem moderna do Ensino Religioso. Essa metodologia denomina-se
- A) laicidade.
 - B) interdisciplinaridade.
 - C) pluralidade religiosa.
 - D) liberdade religiosa.